

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Mai



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3399

- Ano 2025



PARANÁ

Denúncia de assédio sexual durante curso de formação de vigilantes em Paranaguá/PR



Na tarde desta segunda-feira (5), a Polícia Militar foi acionada para atender a uma ocorrência de assédio sexual em uma escola de formação de vigilantes em Paranaguá. A situação aconteceu durante uma atividade prática em sala de aula.

Uma aluna de 38 anos relatou que, durante uma simulação de isolamento de cena de crime, um colega de turma, ao tentar impedir sua passagem, tocou seus seios. Ela afirmou ainda que, ao se abaixar, o homem a segurou

por baixo, tocando sua região íntima e nádegas, além de levantar parte de sua camiseta, expondo suas costas.

O suspeito negou qualquer intenção inapropriada, alegando que os contatos físicos aconteceram no contexto da simulação. Tanto a vítima quanto o acusado, além de duas testemunhas, foram levados à Delegacia Cidadã, onde o caso foi registrado para investigação.

Fonte: LITORAL NEWS

STJ decide que EPI eficaz descaracteriza tempo especial

A publicação do acórdão nos próximos dias deve trazer mais detalhes sobre os limites e possibilidades dessa decisão



A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu, o julgamento do Tema Repetitivo 1090, que trata da validade das informações registradas no Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) a respeito da eficácia dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

A decisão tem impacto direto sobre a possibilidade de reconhecimento de tempo especial para fins previdenciários.

O que foi analisado no Tema 1090?

O STJ enfrentou duas questões principais:

1. Se a anotação positiva no PPP sobre o uso de EPI eficaz comprova, por si só, o afastamento da nocividade da exposição a agentes prejudiciais à saúde;

2. E, em caso de contestação judicial, a quem compete o ônus da prova quanto à eficácia do EPI informado no PPP.

Tese fixada pelo STJ

O STJ fixou a seguinte tese, dividida em três partes:

I – A informação no PPP sobre a existência de EPI eficaz descaracteriza, em princípio, o tempo especial, salvo em hipóteses excepcionais, nas quais o direito à contagem especial permanece mesmo com a proteção.

II – Cabe ao segurado comprovar a ineficácia do EPI, demonstrando, por exemplo:

- Ausência de adequação ao risco da atividade;
- Inexistência ou irregularidade do certificado de conformidade;
- Descumprimento de normas de manutenção, substituição ou higienização;
- Falta de orientação e treinamento sobre o uso, guarda e conservação do EPI;

- Ou qualquer outro elemento que indique sua ineficácia.

III – Havendo dúvida ou divergência sobre a eficácia do EPI, a conclusão deve ser favorável ao segurado.

Pontos de destaque da decisão

O PPP com EPI eficaz descaracteriza o tempo especial – com ressalvas

O STJ reforçou o entendimento de que a simples anotação de EPI eficaz no PPP afasta, em regra, o reconhecimento do tempo especial. No entanto, há exceções, como nos casos de exposição ao ruído, em que o STF já firmou o entendimento (Tema 555) de que não há EPI totalmente eficaz.

Essas exceções ainda serão melhor delineadas com a publicação do acórdão completo.

Ônus da prova recai sobre o segurado

Seguindo a linha do que já havia sido decidido no Tema 213 da TNU, o STJ deixou claro que o segurado deve impugnar a eficácia do EPI registrada no PPP. A tese oferece parâmetros objetivos para essa impugnação.

Dúvidas beneficiam o segurado

A terceira parte da tese garante que, diante de dúvida razoável sobre a real eficácia do EPI, deve-se decidir em favor do segurado, reconhecendo a ineficácia do equipamento e, por consequência, o tempo especial.

Apesar de não trazer mudanças radicais, o julgamento do Tema 1090 consolida e reforça posicionamentos já adotados pelo STF e pela TNU. A decisão, contudo, acende um alerta importante: o segurado terá que ser cada vez mais ativo na produção de provas contra a eficácia dos EPI's registrados no PPP.

Essa responsabilidade é ainda mais relevante diante da realidade prática: as informações sobre os EPI's são, muitas vezes, inseridas de forma unilateral pelas empresas, sem respaldo técnico imparcial – e, em diversos casos, os equipamentos sequer são utilizados corretamente ou de forma contínua.

Fonte: PREVIDENCIALISTA

CAS aprova urgência para projeto que facilita recusa de contribuição a sindicato



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O senador Rogério Marinho relatou o projeto

Em resposta ao recém-descoberto esquema de corrupção no INSS, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, nesta quarta-feira (7), requerimento de urgência para votação em Plenário do projeto que facilita a recusa de contribuição para sindicato pelo trabalhador.

A comissão rejeitou uma emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) e, assim, o PL 2.830/2019 já pode ser pautado para votação no Plenário. Paim considera que a mudança prejudica a representação sindical dos trabalhadores. O relator, senador Rogério Marinho (PL-RN), argumenta que a proposta regulamenta o direito de oposição individual.

— Que o cidadão, que o trabalhador opine, diga se quer ou não quer fazer essa contribuição. É só isso. E nós estamos propondo que isso seja feito de uma maneira simples, porque nós vivemos hoje na época da internet. Então que a pessoa vá lá no WhatsApp ou na internet e diga “eu quero contribuir ou eu não quero contribuir”. É só isso — disse Rogério Marinho.

O texto original, apresentado pelo senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) em 2019, tratava apenas da redução de 45 para 15 dias do prazo previsto na CLT para execução de dívidas trabalhistas com decisão judicial final. Durante a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi incluída a simplificação do processo de recusa do trabalhador em contribuir com o sindicato.

Pelo texto, a oposição individual poderá ser feita no ato da contratação ou em até 60 dias do início do trabalho ou no prazo de 60 dias a partir da assinatura de acordo ou convenção coletiva. A recusa do pagamento poderá ser manifestada pessoalmente ou por outro meio, incluindo mensagem de WhatsApp. O texto também proíbe a cobrança e o envio de boleto à residência do empregado ou à sede da empresa.

Paim tentou derrubar as mudanças feitas pela CCJ que, em sua avaliação, têm o objetivo de desestimular as contribuições para os sindicatos.

— A justificativa da minha emenda, que visa manter vivas as entidades sindicais, é simples e objetiva: é legítimo o direito de oposição, mas que ele seja fruto do debate em convenção coletiva ou acordo coletivo. Aí ele vai dizer se quer ou não quer participar daquela assembleia que vai tomar a decisão final — explicou Paim, que teve a emenda rejeitada.

A reunião foi conduzida pelo presidente do colegiado, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e pela vice-presidente, senadora Dra. Eudócia (PL-AL).

Com Rádio Senado
Fonte: Agência Senado

Paim defende atuação da Justiça do Trabalho em processos sobre pejetização

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Durante pronunciamento no Plenário nesta quarta-feira (7), o senador Paulo Paim (PT-RS) leu um manifesto elaborado por entidades como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e a Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat). O texto critica a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender processos que questionam a legalidade da pejetização — prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas (PJ) para evitar o vínculo formal com carteira assinada.

— A Justiça do Trabalho ainda é o porto seguro dos trabalhadores e trabalhadoras deste país. Eu mesmo, quando sindicalista, recorri inúmeras vezes à Justiça do Trabalho como forma de mediar conflitos entre empregados e empregadores. Eu agi como mediador, mas, claro, me socorri da Justiça

do Trabalho, que sempre esteve à disposição para ouvir as partes e encaminhar para o bom entendimento, inclusive em momentos de greves que já se alongavam por semanas. Não só por isso. Mas pelo papel brilhante e competente feito pela Justiça do Trabalho — afirmou.

O documento, divulgado durante a Mobilização Nacional em Defesa da Justiça do Trabalho, afirma que a Constituição Federal atribui à Justiça do Trabalho a responsabilidade de julgar todas as ações decorrentes de relações de trabalho, inclusive os novos formatos que não envolvem vínculo formal de emprego. O senador expressou a expectativa de que o movimento traga resultados positivos.

— Tenho certeza de que esse movimento há de fazer com que avance o fortalecimento da própria CLT, da Justiça do Trabalho e de todos aqueles que lutam por um trabalho decente, com direitos para todos — disse.

Fonte: Agência Senado

Bradesco (BBDC4): Lucro salta 39% no 1T25, chega a R\$ 5,9 bilhões e bate expectativas



O ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) mostrou evolução e subiu 4,2 pontos percentuais no ano e 2,4 pp no trimestre, rompendo a casa dos 13%

O Bradesco (BBDC4) reportou lucro recorrente de R\$ 5,9 bilhões no primeiro trimestre de 2025, alta de 39% em relação ao mesmo período do ano passado, mostra documento enviado ao mercado nesta quarta (7).

O número ficou acima do esperado pelo consenso da Bloomberg, que aguardava lucro de R\$ 5,3 bilhões no período e animou os investidores. As ADRs disparavam 5,2% no after-market de Nova York.

Após sequência negativa, com rentabilidade bem abaixo dos pares e índices de qualidade, incluindo inadimplência, que mostraram deterioração preocupante, o Bradesco tenta 'acertar a mão' no ano, algo que já foi visto no primeiro e no segundo trimestre, onde as despesas e a margem com cliente mostraram evolução.

O banco é o segundo a divulgar o seu resultado, após o Santander Brasil (SANB11) ter entregado lucro de R\$ 4 bilhões.

Por outro lado, o ROE (retorno sobre o patrimônio líquido) mostrou evolução e subiu 4,2 pontos percentuais no ano e 2,4 pp no trimestre, rompendo a casa dos 13% e indo a 14,4%, quando a maioria das casas esperava estabilidade. A Genial projetava ROE em 13,4%.

Mesmo assim, o banco não conseguiu superar a rentabilidade do seu rival, que encerrou o período com 17,4%.

Segundo o CEO, Marcelo Noronha, a melhora do lucro foi puxada pelo crescimento das receitas.

“Foi a principal razão de melhora da nossa rentabilidade e esse deve ser o padrão este ano. Avançaremos, mantendo a boa qualidade das novas safras de crédito, fazendo créditos principalmente com garantias”, disse.

“Já havíamos ajustado o nosso apetite ao risco no último quadrimestre do ano passado e por isso fomos mais seletivos na concessão de crédito, e ainda assim fizemos bons negócios”.

Para ele, o banco mostrou tração. “Nossa margem líquida cresceu. Continuamos focados no RAR [retorno ajustado ao risco] das operações”, disse.

Bradesco: Pontos de qualidade

A margem financeira com clientes, ponto onde analistas esperavam uma recuperação, melhorou 15% ante o ano passado, para R\$ 16,7 bilhões.

De acordo com o banco, o número foi impulsionado pelo aumento da carteira de crédito e da taxa média.

Já a carteira de crédito expandida ultrapassou o R\$ 1 trilhão, alta de 12% no ano e 2,4% no trimestre. Houve expansão de 16% na carteira de pessoas físicas e 10% na de pessoas jurídicas (empresas).

“Continuamos a reduzir o nosso apetite ao risco, sem deixar de fazer bons negócios”, afirmou o CEO.

A margem com mercado foi de R\$ 462 milhões no primeiro trimestre, em razão da boa proteção dos resultados de ALM em contexto de alta da taxa Selic.

A receita atingiu R\$ 32,3 bilhões, alta de 15,3%, impulsionada por forte crescimento dos três principais componentes: margem financeira total, receitas com serviços e seguros.

Já a receita com serviços do Bradesco totalizou R\$ 9,77 bilhões, com alta de 10,2% no ano, mas queda de 4,8% no trimestre.

E o banco conseguiu crescer sem prejudicar a inadimplência, importante termômetro para medir a capacidade dos clientes de honrarem suas dívidas, que se manteve estável para acima de 90 dias, a 4,1%, e com queda de 0,9 ponto percentual no ano.

Para tanto, as despesas com PDD, reserva de capital que bancos fazem para lidar em casos de inadimplência, expandida recuaram 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado, a R\$ 7 bilhões.

As despesas operacionais aumentaram 12,3% no ano, R\$ 15 bilhões, em linha com o esperado segundo o Bradesco.

Se desconsiderar o aumento de participação na Cielo e a aquisição de 50% do Banco John Deere, as despesas cresceriam 8,8%.

“Esse ritmo de crescimento reflete em grande medida os investimentos que estamos fazendo no banco e em coligadas”.

Quando olhado somente para as despesas de pessoal e administrativas, houve crescimento de 3,7%, “abaixo da inflação no período, evidenciando o forte controle de gastos”.

Seguros

Segundo o Bradesco, o segmento de seguros brilhou, com lucro de R\$ 2,4 bilhões, alta de 25,3%, ROE de 22,4%. Houve queda de 7,5 p.p. na sinistralidade em seguros de saúde.

“Nosso negócio de seguros é muito resiliente ao cenário macro desafiador, e vem apresentando melhoria de desempenho há anos. No primeiro trimestre de 2025, o destaque foi o desempenho de saúde, que registrou aumento expressivo do lucro”.

Fonte: MONEY TIMES - Renan Dantas

Ministério da Gestão garante maior participação de mulheres na direção da Caixa Econômica Federal

Elisa Leonel, secretária de coordenação e governança das empresas estatais esteve no lançamento do Plano de Enfrentamento ao Assédio Sexual do banco público e destacou que a Caixa servirá de exemplo para outras estatais



Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do MGI, Elisa Leonel, durante evento de lançamento do Plano de Enfrentamento ao Assédio Sexual da Caixa Econômica Federal

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) esteve presente no lançamento do novo Plano de Enfrentamento ao Assédio Sexual da Caixa Econômica Federal, nesta terça-feira (06/05). Na ocasião, a estatal apresentou as atualizações do Estatuto Social da empresa com mudanças que reforçam a

transparência, a governança e a promoção da equidade de gênero. Uma das principais novidades no documento, construído em parceria com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST/MGI), é a obrigatoriedade de que ao menos um terço dos cargos da Diretoria Executiva seja ocupado por mulheres até 2026.

A medida não é apenas simbólica. Para a secretária da Sest, Elisa Leonel, que representou a ministra Esther Dweck no evento, essas alterações expressam um novo posicionamento das empresas estatais frente aos desafios sociais que devem cumprir, ao compreender que equidade e governança caminham juntas. “A Caixa está servindo de exemplo, sendo a primeira estatal a trazer para o estatuto a previsão de 1/3 da participação das mulheres na diretoria executiva”, afirmou. Ela destacou ainda que o novo estatuto consolida o papel da empresa como agente de políticas públicas, ao estabelecer que uma parte dos lucros seja destinada a projetos de impacto socioambiental.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, defendeu o protagonismo da empresa. Para ele, as mudanças estatutárias representam uma ruptura com a lógica burocrática e uma aposta em valores. “Essas mudanças [...] trazem a oportunidade de nós, na condição de empresa pública, sermos pioneiros numa ação efetiva de mudança da compreensão do papel executivo que é destinado ao gênero feminino na Caixa”, disse. Ele lembrou ainda que o plano contra o assédio deve transformar a cultura institucional. “A força da governança da Caixa não terá nenhuma serventia se a gente não vivenciar uma organização que respeita o seu próximo”, disse.

Essa transformação passa por encarar os dados de frente. A vice-presidente de Riscos da Caixa, Henriette Bernabé, trouxe números que demonstram como é

necessário enfrentar o problema: “Mais de 50% dos casos de assédio sexual ocorridos na Caixa têm como vítimas prestadoras de serviço, estagiárias ou adolescentes aprendizes. E 100% dos assediadores nos casos que chegaram ao nosso canal de denúncias são homens.” A fala emocionada de Henriette reforçou a urgência da pauta. “Essa estatística me emociona, gente.” E completou: “O que vai fazer a diferença na empresa são as ações do dia a dia de cada um de nós.”

A secretária Elisa Leonel aproveitou o momento para lembrar que o enfrentamento ao assédio exige compromisso institucional contínuo e letramento das lideranças. “O topo da organização precisa não só se engajar [...] mas também se abrir para o letramento, porque muitas vezes o nosso desafio não está já no assédio, e sim na gente se abrir para conhecer sobre o tema”, disse. Ela citou o decreto que prevê a reserva de vagas em contratos terceirizados para mulheres vítimas de violência como uma das frentes estruturantes dessa política pública.

Rogério Ceron, secretário do Tesouro Nacional e presidente do Conselho de Administração da Caixa, também destacou a importância de criar condições para que as mulheres avancem. “As mulheres da Caixa [...] vão ser o que elas quiserem ser, do jeito que elas quiserem ser.”, disse. Para Ceron, é preciso construir ambientes seguros e respeitosos. Ele citou o programa de formação de lideranças femininas apoiado pela Caixa, com etapas no Brasil

e em Harvard, como exemplo de ação concreta para promover a autonomia. “Para que essas mulheres nunca mais tenham qualquer dúvida de ostentarem e com tranquilidade saberem que elas têm tanto ou mais condições de ocupar qualquer vaga.”, afirmou.

A empresária Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, também esteve no evento e reforçou a importância de transformar compromissos em regras claras. “Uma coisa é ter um plano para a igualdade. Outra coisa é estar no estatuto”, afirmou. Ela defendeu metas ousadas e a mobilização dos homens nessa pauta. “Se você quer 30%, você tem que buscar 50% para conseguir os 30%.”

Lurdinha Lopes, do Movimento Nacional de Luta por Moradia, representou a sociedade civil organizada no evento. Ela lembrou por que é tão importante ter mulheres nos espaços de decisão. “A gente se sente mais à vontade para saber que as mulheres têm esse lugar respeitado dentro da Caixa [...] com muito maior capacidade de compreender o porquê que as mulheres chefes de família servem fileira na frente das lutas pelo direito à cidade.”

“Não haverá justiça social, inclusão ou desenvolvimento econômico sem um Estado forte.” Foi com essa afirmação que Elisa Leonel ao resumir a importância do evento para a Caixa Econômica.

Fonte: MGI

Homenagem às Mães
Dia de honrar aquelas que, com coragem e amor incondicional, enfrentam todas as batalhas da vida sem jamais recuar. Mães guerreiras, que não medem esforços para garantir dignidade, valores e esperança aos seus filhos e filhas.

Que nunca falem a vocês o respeito, o reconhecimento e o carinho que merecem.
Feliz Dia das Mães a todas as heroínas da vida real!

Feliz
DIA DAS
mães

Confederação Nacional dos Vigilantes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF